

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CELACC
GESTÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

ANA TEREZA ABREU FONSECA

**CASOS QUE FURARAM BLOQUEIO NA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA
BRASILEIRA**

SÃO PAULO

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CELACC
GESTÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

ANA TEREZA ABREU FONSECA

**CASOS QUE FURARAM BLOQUEIO NA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de
Projetos Culturais e Organização de Eventos produzido sob a
orientação do Prof. Dennis de Oliveira

SÃO PAULO

2010

CASOS QUE FURARAM BLOQUEIO NA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA BRASILEIRA

Ana Tereza Abreu Fonseca

Resumo: Esse trabalho busca descrever a situação do cinema nacional desde a retomada do cinema brasileiro. Aborda a falta de estrutura na cadeia cinematográfica no país desde a produção até a distribuição que depende de subsídios do governo e também exemplificar casos de sucesso que furaram bloqueio e atingiram grande público com temas midiáticos.

Palavras-chave: indústria cinematográfica, leis de incentivo, cadeia econômica auto sustentável, hegemonia, público, distribuição, mídia.

Abstract

This paper aims to describe the situation of national cinema since the resumption of brazilian cinema. It discusses the lack of structure in the movie industry chain in the country, since its production until the distribution that depends on government subsidies, and this paper also illustrates success stories that have struck obstruction and reached the general public with mediated issues.

Keywords: movie industry, incentive laws, economic self-sustaining chain, hegemony, public, distribution, media.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo describir la situación del cine nacional, desde la reanudación del cine brasileño. Discute la falta de estructura en la cadena cinematográfica en el país desde la producción de la película a la distribución que depende de subsidios del gobierno y este trabajo también ejemplifica las historias de éxito que han superado bloqueo y llegado al público en general con temas mediatizados.

Palabras clave: industria cinematográfica, leyes de incentivo, cadena económica autosostenida, hegemonía, público, distribución, medios de comunicación.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Situação Desfavorável – A Distribuição.....	7
3. Supremacia Hollywoodiana.....	11
4. Retomada do Cinema Nacional.....	12
5. Financiamento.....	14
6. Casos que furaram bloqueio e atingiram grande público.....	15
6.1 Tropa de Elite.....	15
6.2 Dois Filhos de Francisco.....	16
6.3 Se eu Fosse Você.....	16
6.4 Considerações sobre os filmes analisados.....	17
7. Considerações Finais.....	18
8. Referências Bibliográficas.....	19

1 Introdução

Os filmes nacionais tradicionalmente se restringem a uma temática social. Os temas se repetem e a ausência de outros gêneros de filmes como comédia ou terror, limitam as opções do público. O cenário atual apresenta uma pequena diversidade de gêneros na cinematografia brasileira. Ainda assim, a produção de filmes nacionais aumenta relativamente a cada ano mesmo não sendo um produto apreciado pela maioria dos brasileiros. Os filmes não atingem o público esperado pelos realizadores e somente são produzidos graças aos patrocínios provenientes de leis de incentivos.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos realizadores é a distribuição. Muitos filmes são feitos e não conseguem chegar às salas de cinema. As distribuidoras de filmes nacionais, na maioria das vezes não investem no filme, elas simplesmente prestam serviço de exibi-lo, grande parte do ônus do lançamento e da distribuição do filme acabam sendo debitados na conta do próprio produtor. Dessa forma, fica claro que no Brasil a cadeia econômica do cinema é bastante desvantajosa para o produtor nacional, já que se caracteriza como o elo mais fraco de todo processo de produção e circulação.

A Cinemark domina as salas de exibição nas maiores cidades do Brasil e oferece opções limitando aos filmes americanos produzidos com bilhões de dólares e com uma forte estrutura de divulgação. A hegemonia do produto importado vem se fortalecendo ao longo da história do cinema no Brasil. O produto importado paga pouco imposto em relação ao nacional, isso acontece desde a década de 30.

Destaca-se a falta de políticas próprias para a produção, distribuição, exibição e internacionalização da cinematografia brasileira. Fica bastante claro que a manufatura de filmes não é o único alicerce para construir um verdadeiro projeto industrial para o cinema. A sobrevivência da atividade necessariamente deve se integrar a produção, circulação da mercadoria cinematográfica e formação de público.

Entender a importância e a dimensão dos investimentos estatais é algo imprescindível. Destaca-se a criação da Ancine e a Lei do Audiovisual, órgãos do Ministério da Cultura que possibilitam o fomento do cinema na chamada “Retomada do Cinema Nacional” (1995). Ainda que a lei tenha suas limitações e falhas, um exemplo frequente; a lei privilegia apenas a produção e esquece que a distribuição é tão importante quanto. Se realmente pretende-se montar uma indústria cinematográfica é necessário pensar no processo como todo.

O advento das novas tecnologias, como equipamentos digitais é considerado uma excelente oportunidade para o escoamento da produção já existente e abrindo espaço para novos produtos. As formas de recepção do produto audiovisual também já não são as mesmas, as pessoas não precisam sair de casa para assistir um produto novo. Ainda assim, a exibição tradicional permanece sendo o desafio que o realizador brasileiro ainda não conseguiu superar devido a falta de políticas para o cinema.

2 Situação Desfavorável – A Distribuição

Ao esquematizar a existência de uma indústria cinematográfica os pilares dessa composição seriam a produção, a distribuição e o consumo. Trata-se do princípio básico quando se trilha os caminhos de um projeto de desenvolvimento de uma indústria auto-sustentável. O que se percebe desde 1995, nomeado período da Retomada do cinema (período que o Governo estimula o financiamento de projetos cinematográficos) é que as iniciativas governamentais em sua maioria foram muito incipientes para que realmente criasse uma indústria cinematográfica brasileira. Se por um lado as leis de incentivo estimularam relativamente a produção, a cada ano percebe-se ascensão da quantidade de produções, por outro os estímulos foram desiguais no que se refere a distribuição dos filmes e concentração do público. Para se ter noção do crescimento da produção, segundo dados do Filme B, portal sobre mercado de cinema no Brasil, em 1995 foram lançados 12 filmes nacionais, já em 2002 esse número subiu para 35 longas metragens. Em 2009 foram 84, 2010 tende a reduzir a marca de 75 filmes. Vendo esses dados parece que temos muito a comemorar.

Algumas ações foram tomadas no sentido de diminuir o contraste entre produção e distribuição/consumo. O governo dispôs de alguns recursos para a distribuição, casos excepcionais como o filme escolhido pela ANCINE – Agência Nacional de Cinema, para representar o país no Oscar e em seguida regulamentou o mínimo de projeção de produtos nacionais. Um decreto presidencial fixou a conta de ter ao menos um filme nacional durante 28 dias do ano por cinema. A princípio, trata-se de iniciativas importantes para alavancar a indústria mas parecem paliativas diante de questões mais complexas envolvendo o mercado do cinema no Brasil. Ainda é muito pouco para atingir-se a auto-sustentabilidade. Sabe-se que as distribuidoras e exibidores em grande parte são estrangeiras que priorizam seus serviços calcados nos grandes *blockbusters* internacionais ainda que sejam responsáveis pelos lançamentos dos grandes sucessos nacionais. Fica a pergunta: como é que fica o mercado entre as distribuidoras independentes competindo com as *majors*? Se as distribuidoras internacionais detêm mais de 75% do público, (dado de 2009), é de se imaginar que elas são capazes por controlar o restante do mercado. Seu poder econômico interfere perfeitamente nos preços do ingressos que é considerado um dos mais caros do mundo, em que filme entra em cartaz e seu período de exposição.

Uma facilidade oferecida pelo artigo terceiro da lei de incentivo fez com que distribuidoras transnacionais e estrangeiras pudessem participar na co-produção dos filmes. Essa parceria deu resultado, não é a toa que em 2003 as empresas *majors* lançaram 14 filmes nacionais. Segundo dados da Ancine, esses filmes tiveram 98% do público nacional e houve um crescimento de 200% em relação ao público de 2002. Enquanto a Rio Filme, uma distribuidora estatal exclusiva dos filmes nacionais lançou 128 filmes de 1992 a 2002 tendo um público de 4.366.652 espectadores, a Columbia

lançou apenas 24 filmes nacionais mas teve 12.636.061 espectadores, no mesmo período. Esse quadro nos mostra que grande parte da comercialização dos filmes nacionais estão nas mãos de grupos estrangeiros que se beneficiam das leis de incentivos, participam das produções e controlam o mercado com seus produtos. As distribuidoras exercem grande poder, tanto pelas vantagens garantidas por meio de incentivo fiscais e econômicas quanto pelo volume de capital e as campanhas de marketing provenientes de filmes estrangeiros.

Ao contrário do que se esperava, as distribuidoras *majors* vem aumentando a exibição de filmes nacionais. Isso leva-nos acreditar em que há aumento do interesse pelo produto nacional entretanto não se pode garantir uma diversidade conforme a produção. A hegemonia das *majors* é tamanha que apenas Cidade de Deus, Olga, e os Normais (distribuídos pela Lumiere) foram filmes que tiveram bom público e não fizeram parte da lista dos filmes de grande sucesso distribuídos pelas *majors*.

Dados da Ancine revelam que em 2009 foram lançados 37 filmes nacionais pelas *majors* captando 65% do público. Enquanto isso as produtoras independentes e as distribuição própria lançaram 137 obras brasileiras detendo apenas quase 35% do mercado. Isso reflete que poucos filmes nacionais foram vistos por mais que haja aumento da quantidade de obras distribuídas. Um dos responsáveis por esse números é Se eu Fosse Você 2, direção Daniel Filho distribuído pela Fox que teve mais de 6 milhões de espectadores até então sendo o filme mais visto desde o período da retomada. A verdade é que a Fox investiu na comédia de Daniel Filho três milhões de reais via incentivo fiscal. Se formos analisar a cinco maiores bilheterias do cinema nacional desde 1995 até 2009 vamos perceber que em todas as produções há participação das *majors*. Isso permite deduzir que por mais que aumenta-se o público do cinema nacional e as produções, apenas alguns filmes realmente tem um público, observando os dados de 2009 pouco mais dos 14% dos filmes lançados nacionais tiveram um público acima de 100 mil espectadores.

Da forma que as leis existem elas garantem relativamente a sobrevivência das produções e dos produtores por algum tempo mas se analisarmos a logo prazo sem a presença do público acredita-se que parte delas não sobreviveram, apenas as grandes aliadas as *majors*. Por isso trata-se de uma ação completamente retrógrada pensar simplesmente na produção, ela em si não completa o círculo e deixa muitas brechas para o capital externo agir provocando uma concorrência desigual com o produto nacional.

O estímulo a produção por meio das leis foi fundamental para que aparecessem os filmes, para que realmente os produtores tivessem suporte financeiro para suas produções. O nascimento de obras é o primeiro passo para pensar numa indústria cultural. Imagina-se que com a política de incentivo o governo está beneficiando uma categoria os produtores e conseqüentemente promovendo a cultura pelo país. A realidade mostra que dentro deste pensamento há certas distorções. Uma das que mais chamam a atenção trata que parte da produção cinematográfica não

chega ao público. O problema está na hora de disseminar a produção, os canais de difusão da produção são bem escassos diante da realidade nacional. Há de se constatar que a concorrência com o produto importado é desigual, um motivo é o baixo preço pagos pelos filmes importados e os grandes investimentos de marketing de promoção de cada *blockbuster*. Responsabilizar os estrangeiros pelas falhas da nossa indústria cinematográfica é esconder parte dos problemas que vai além de proteger o mercado nacional. O preço do ingresso, a falta de uma política de formação de público, o excesso de pirataria são questões que definitivamente condicionam o funcionamento do mercado.

Deve-se acrescentar que além das distribuidoras grande parte dos exibidores também fazem parte de grupos estrangeiros. Isso interfere bastante na dinâmica do mercado. Com equipamento de som e telas gigantes capazes de impressionar os olhos e ouvidos dos mais experientes os famosos “Multiplex”, como são chamados os complexos de cinema, ganham espaço e passam a ser as principais referências de salas de cinema no país. Para se ter uma idéia na principal praça de exibição no país que é São Paulo, o Cinemark, que é a maior grupo estrangeiro de exibição ocupa quase 50% do mercado (2009). E para manter uma infra estrutura e os investimentos nada mais natural do que cobrar ingressos relativamente caros para o público nacional e fazer o possível para manter as salas com o maior número de gente. Ao mesmo tempo que expandiu-se as salas Multiplex salas de cinema tradicionais foram desativadas, como cine Marrocos, Comodoro, Top Cine, Metrôpole. Isso provocou mudanças drásticas no circuito, quase sempre prejudicando os cinéfilos que percebeu a redução de opções de filmes em cartaz.

Uma das polêmicas instauradas quando se fale em indústria e cultura é na impossibilidade de comparar resultados financeiros com resultados culturais. Será que é possível fazer cultura e que ela seja auto-sustentável? Trata-se de um assunto delicado pois há muitas divergências, várias disputas políticas. Existem aqueles que apostam no Governo, o único capaz de direcionar os recursos de forma democrática e também aqueles que preferem deixar nas mãos de mercado. Ver a cultura apenas a partir de números do mercado nem sempre traz bons resultados se tivermos em mente uma política pública. O que se percebe é que as iniciativas do governo ainda não ecoam no território nacional de forma homogênea, vide a quantidade de salas de cinema. Pelas leis de incentivo, pelas formas de financiamento dos filmes esperava-se um quadro melhor. A alta rentabilidade de alguns fenômenos de filmes nacionais como Dois filhos de Francisco (2005), Se eu fosse você 2 (2009) e até mesmo Tropa de Elite 2 (2010) demonstram surtos de público sem a cadeia cinematográfica se auto sustentar. Uma das demandas a serem abordadas é de cunho estrutural. Para se ter uma idéia há uma sala de cinema para cada 91 mil pessoas no país. Do que adianta uma alta produção se não há espaço físico para projetá-los? Acredita-se que muitas das obras produzidas não são lançadas. Esse exemplo acima nos leva julgar que o Brasil investe em cultura mas parte dos investimentos são desperdiçados.

A grande questão a se pensar é como sustentar uma indústria cinematográfica nacional independente e capaz de promover a cultura de forma diversificada e democrática. O Governo tomou providências para fomentar a cultura, parte delas pelas observações acima, são incompletas e deixam a desejar em um sentido mais amplo. Por outro lado se vê um avanço com o passar dos anos, existe uma crescente produção de filmes, isso demonstra que há maior verba para o meio. Será grande mérito a se comemorar o dia em que a produção nacional consiga ter o retorno de renda e público de seus investimentos sem a mão estatal cobrindo os prejuízos financeiros.

3 Supremacia Hollywoodiana

Assim que o cinema deixou de ser visto como mero registro documental de fatos para se inscrever no campo da narrativa de ficção, percebe-se o imenso potencial do filme como produto. Teve início então a fabricação em massa de fitas de cinema e a constituição de uma estrutura mundial para sua propagação e venda que estabeleceu modelo hegemônico do cinema no mundo.

A produção em larga escala começou na Europa, mas com as dificuldades que surgiram em consequência da Primeira Guerra Mundial, o fluxo de produção mudou para os Estados Unidos. Nascia Hollywood, fábrica de sonhos, pólo cinematográfico encravado na Califórnia. Uma indústria que desde seu início, se pretendeu universal. Não foi por acaso que as grandes companhias cinematográficas se tornaram as primeiras corporações transacionais de comunicação a se estabelecerem fora dos Estados Unidos, depois das agências de notícias.

Desde as primeiras décadas do século 20, os filmes americanos têm conseguido se manter majoritários dentro de seu próprio mercado e em muitos territórios do mundo. Estratégias agressivas fizeram com que a partir dos anos 20 e principalmente após a segunda Guerra, várias nações européias erguessem barreiras para dificultar a distribuição ou exibição dos filmes americanos. Assim se firmou a dicotomia entre o cinema universal hollywoodiano e os cinemas nacionais dos outros países.

A presença de Hollywood se tornou ainda mais intensa a partir do fim do século 20, quando a saturação do mercado interno e a acirrada competição com as formas de entretenimento caseiro levaram os grandes estúdios a buscar uma nova expansão internacional. Nessa fase a maior parte dos estúdios tradicionais já havia sido comprada por grandes corporações de capital transnacional. Hollywood entrava na era da globalização, quando contradições nacionalistas, ironicamente, tendem a se acirrar. Enquanto estados nacionais perdem força econômica e política com a transferência de indústria e serviços para grandes grupos econômicos, o nacionalismo se intensifica nos territórios menos protegidos como forma de preservar a cultura local. E o cinema, nesse contexto, desponta como arma simbólica dessa luta.

4 Retomada do Cinema Nacional

Para o cinema nacional, a crise econômica do início dos anos de 1990 foi marcada pela extinção da Embrafilme – (Empresa Brasileira de Filmes) e da Concine – (Conselho Nacional de Cinema). Ambos formaram a base da indústria cinematográfica no país. Entre os anos 1981 e 1986 os cinemas brasileiros contavam com pelo menos 75 estréias nacionais por ano, algo bastante considerável.

Tentando compensar a extinção desses dois órgãos, o Congresso Nacional aprovou uma lei com propostas de incentivar a cultura. A Lei Federal de Incentivo a Cultura, também conhecida por Lei Rouanet, institui políticas públicas para a cultura nacional. A lei foi aprovada com a proposta de estimular empresas e cidadãos a investir em cultura através de incentivos fiscais, com o benefício do recolhimento do imposto, desde que os projetos sejam aprovados pela Ancine. A iniciativa privada se sentiria estimulada a patrocinar eventos culturais, uma vez que o patrocínio além de fomentar a cultura valoriza a marca das empresas junto ao público. Ainda que para muitas empresas a proposta é apenas fazer propaganda gratuita. Com as finalidades de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico, além de estimular a difusão da cultura brasileira e a diversidade.

Devido as condições econômicas do país, a lei não gerou muitos frutos. Com o afastamento definitivo de Fernando Collor, o então vice - presidente Itamar Franco assumiu a presidência e lançou o Plano de Estabilização Econômica que visava combater a inflação e preparar a economia para a entrada em circulação de uma nova moeda. Nesse processo de recuperação, na área da cultura foi aprovada a Lei do Audiovisual que muitas vezes passou a ser utilizada em conjunto com a Lei Rouanet.

Em 1995 com a estabilidade econômica adquirida a partir do Plano Real no governo de Fernando Henrique Cardoso, os efeitos da lei começa a ser percebidos. Tendo a Lei do Audiovisual como principal apoio mas utilizando também outras leis; federais, estaduais e municipais de incentivo, o cinema começou a recuperar sua trajetória, em 1995, ano que 13 produções nacionais foram exibidos no cinema. Esse período foi denominado a “Retomada do cinema nacional” que significa a reconquista do mercado interno e do reconhecimentos do mercado internacional do cinema brasileiro. Com novos mecanismos de apoio a produção, baseados em incentivos fiscais que consiga efetivamente aumentar o numero de filmes realizados e levar o cinema brasileiro de volta a cena mundial. O filme que inicia este período foi de Carla Camurati, ” Carlota Joaquina, a Princesa do Brasil”.

A nova demanda do setor cinematográfico fez com que o então presidente aprovasse em 2001 a Ancine – (Agência Nacional de Cinema) cujo o objetivo é fomentar a produção, a distribuição e a exibição de obras cinematográficas e videográficas em seus diversos segmentos de mercado, assim como promover a auto

sustentabilidade da indústria nacional nos vários elos da cadeia produtiva. A mesma medida que criou a Ancine estabeleceu também o Funcine - (Fundo da Indústria Cinematográfica) e a Condecine – (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional).

5 Financiamento

O financiamento de filmes nacionais em sua maioria é bancada pelo Estado, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal. Atualmente, isso se dá por diversas maneiras, por meio de incentivos fiscais, editais, convênios ou premiações. As leis de incentivo promulgadas no início da década de 90 permite o reinício da produção cinematográfica. De acordo com dados da Ancine, o surgimento das leis fez que com que os lançamentos de filmes passassem de 3 filmes em 1993 para 82 longas em 2008. Um crescimento considerável.

Em sua maioria as leis autorizam a captação da verba para a produção do filme sem que haja por parte do Estado uma contrapartida específica para o público. Não exige o mínimo de esforços para que o filme se torne um obra assistida, problema abordado por aqueles que fazem ressalvas a lei. Os editais são formas que o Governo encontrou de promover a cultura sem que haja necessidade de recorrer as leis de incentivo. Muitos desses editais são para iniciantes, estímulos para quem escreve seu primeiro roteiro ou produz o primeiro curta metragem e longa metragem.

Ainda que existem as leis de incentivo parte do setor de produção audiovisual não está completamente satisfeita com a política do governo. Grandes cineastas precisam recorrer aos editais, associam-se as distribuidoras para realizarem seus projetos. Isso sem falar que grande parte dos recursos destinados as produções cinematográficas por meio do abatimento dos impostos são empresas estatais. As dificuldades de penetração no seu próprio mercado continuam, a maioria dos filmes não encontra salas de exibição no país e muito são exibidos em condições precárias: salas inadequadas, equipamento ultrapassado, utilização de datas desprezadas pelas distribuidoras e pouco divulgação na mídia local.

Mais do que se pensar no topo da montanha que são filmes de exceção deve-se cogitar políticas para que a pirâmide da produção mantenha-se de pé. Senão continuaremos por muitos anos a tradição de depender exclusivamente do Estado para a produção do cinema nacional.

O setor audiovisual desempenha um papel de vital importância nos âmbitos cultural e social de cada comunidade. Seu desenvolvimento é fundamental na construção de uma identidade cultural e na expressão de uma cidadania já que por meio dos seus canais, como a televisão o vídeo, o cinema, uma sociedade pode se ver representada.

6 Casos que furaram o bloqueio e atingiram grande público

Para este trabalho foi analisado três filmes nacionais que conseguiram atingir grande público apesar da situação desfavorável da cadeia cinematográfica no Brasil. Filmes que marcaram a trajetória do cinema desde a Retomada do Cinema Nacional. Os três filmes analisados foram: Tropa de Elite, Dois Filhos de Francisco e Se eu Fosse Você.

6.1 Tropa de Elite

Longa dirigido por Jose Padilha, tem como tema a violência urbana no Rio de Janeiro e as ações do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O tráfico de drogas e a prática de torturas por parte dos policiais foram bastante abordados na época do lançamento do filme.

O filme foi alvo de pirataria meses antes de chegar ao cinema. Gerando grande repercussão, foi o primeiro filme brasileiro que vazou para o mercado pirata e a internet. Cópias ilegais foram vendidas por camelôs em todo país e distribuído livremente na internet por sites de postagem pública de vídeo. Uma pesquisa realizada pelo Ibope chegou a estimar que mais de 11 milhões de brasileiros teriam visto o filme de forma ilegal. Entretanto não impediu o filme de ser bem sucedido nas bilheterias. Lançado oficialmente em 12 de outubro de 2007, atraiu cerca de 180 mil espectadores na primeira semana sem nenhum tipo de propaganda além de cartazes. Obteve uma das maiores médias por sala no ano com mais de 1000 espectadores na primeira semana mesmo com um lançamento restrito nas cidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ficou em segundo lugar na bilheteria do país naquela semana, perdendo apenas para “Resident Evil 3”, filme típico Blockbuster. Na semana seguinte, o filme estreou no restante do país atraindo um público 120% maior, totalizando cerca de 410 mil pessoas e obtendo o primeiro lugar no total da bilheteria, superando filmes americanos em cartaz na época. Terminou o ano como sétima maior bilheteria de 2007 no Brasil, com um público de quase 2 milhões e meio de espectadores. Ironicamente, grande parte da divulgação do filme se deve as notícias sobre a investigação do responsável pelo vazamento.

A empresa de comunicação “Belém Com” especializada em assessoria de imprensa para cultura, mídia, eno-gastronomia e turismo foi a responsável por divulgar o longa de Padilha. Com o vazamento da cópia pirata, entrava em questão a própria indústria do cinema e sua forma de atuar. A empatia do público com o filme gerou um movimento cultural e comportamental que extrapolou o filme até mesmo as temáticas contidas nele.

6.2 Dois Filhos de Francisco

O filme é baseado na vida da dupla sertaneja Zezé de Camargo e Luciano. Incentivados pelo pai Francisco, lavrador de Goiás cujo sonho aparentemente impossível é transformar dois de seus nove filhos numa famosa dupla sertaneja, Mirosmar aprendeu acordeão e Emival violão. Para ajudar nas despesas, os meninos tocam na rodoviária, onde conhecem um empresário que consegue fazer deles um sucesso no interior do Brasil até um acidente interromper a carreira da dupla. Anos mais tarde, Mirosmar volta a cantar, virá Zezé de Camargo, mas a fama só chega quando se junta ao irmão Welson (Luciano), o parceiro perfeito para concretizar a profecia do pai e levar adiante a carreira musical. Com direção de Breno Silveira, foi lançado em 2005 e surpreendeu o país todo com a triste e chocante historia.

Após a estréia do filme, o público teve ainda mais curiosidade sobre o homem que dá título a obra. Um brasileiro, como todos os outros que penou para sobreviver e criar os filhos e que tinha um sonho e não desistiu em momento algum.

Com uma narrativa fácil e ágil o texto é livre de complicações, apesar das tragédias como a dificuldade que a família passa quando tem que deixar o campo, a morte do irmão.

A distribuidora Columbia Pictures colocou o filme no mercado com 250 cópias, um número considerado elevado para uma produção nacional. O filme definitivamente não foi feito apenas para os amantes da dupla. Em entrevista coletiva na época da estréia o diretor ressaltou o estilo musical que não agrada o público de cinema. “ É importante quebrar o preconceito contra o gênero sertanejo e espero fazer isso. Eu mesmo tinha barreiras que se quebraram depois da produção”.

O filme atingiu um público de mais de 5 milhões de espectadores, ate então tinha sido o longa mais visto nos cinemas. Batendo o tão assistido “Carandiru” de Hector Babenco que atingiu cerca de 4,693 milhões de pessoas.

6.3 Se eu Fosse Você

Cláudio e Helena são um casal com problemas rotineiros como qualquer outro, um dia acordam e percebem que estão em corpos trocados. Tendo que enfrentar tal acontecimento inusitado e até então inédito para ambos, juntos terão que assumir a vida um do outro e aprenderão a ver o ponto de vista de cada qual sob um novo angulo.

Comédia romântica dirigida por Daniel Filho e estrelado por Gloria Pires e Tony Ramos atingiu mais de 3 milhões e meio de público. Devido ao enorme sucesso,

em 2009, 3 anos após a primeira estréia a dupla voltou com a seqüência e estrearam Se eu Fosse Você 2 que superou o número de espectadores e alcançou quase o dobro de público, um pouco mais de 6 milhões.

Co-produzido pela Globo Filmes que tem como objetivo produzir obras de qualidade e valor artístico, elevando a cultura nacional além de fortalecer a indústria audiovisual brasileira. O filme foi distribuído pela Fox Film do Brasil e chegou aos cinemas com 197 o primeiro longa e o segundo com 330 cópias.

Daniel Filho consagrado diretor de novelas, repete a fórmula da estética televisiva em seus longas. Apesar do orçamento um pouco menor em relação as telenovelas, transforma cenários, figurinos elenco deixando todos muito belos e muito ricos.

6.4 Considerações sobre os filmes analisados

Os três filmes citados como exemplos abordam assuntos que estão em pauta em nosso cotidiano, temas midiáticos. Tropa de Elite aborda a violência e a segurança na cidade do Rio de Janeiro. Tema bastante discutidos em todas as mídias por se tratar de um assunto preocupante e relevante para toda a sociedade. Dois Filhos de Francisco é uma triste história de superação e também de um sonho realizado. A dupla famosa que inspirou a obra estampa revistas e jornais frequentemente, desperta curiosidade não apenas em seus fãs. Se eu Fosse Você tem como personagens principais atores famosos e globais que encantam por todo país, todos os dias, os telespectadores das campeãs de audiência do gênero já consolidado que são as novelas.

O cinema nacional, seria então a extensão da televisão brasileira? É possível acreditar que os filmes em destaque levaram um grande público ao cinema devido aos assuntos e aos artistas que estão bem disseminados na mídia.

A presença de atores famosos contribuí para a grande exposição do filme, desperta uma vontade ainda maior de ver algum ator consagrado. Outros aspecto particular que alavancou o filme Tropa de Elite foi o marketing viral. O filme foi visto por milhões de pessoas antes mesmo de chegar aos cinemas, devido a uma cópia que vazou antes do lançamento.

7 Considerações Finais

Este artigo teve objetivo de descrever a situação do cinema nacional no país além de apresentar três exemplos que furaram o bloqueio e atingiram grande público. Como já foi destacado, não é possível fazer cinema no Brasil sem algum fomento do governo. Já está bastante claro que a indústria cinematográfica brasileira não se auto sustenta. Ainda assim, alguns filmes conseguiram levar um grande número de pessoas para as salas de cinema. Filmes que trataram sobre assuntos midiáticos que estão em pauta em todos os meios de comunicação ou com atores em destaque. É possível questionar se no Brasil além do apoio do Estado e de todos os outros recursos necessários para a execução de um longa, ainda é necessário um tema que seja relevante midiaticamente no momento que o filme for lançado. Assim, a fórmula estaria definida, sempre tendo que contar com a sorte para o roteiro da vez se encaixar nos assuntos cotidianos.

Um dos caminhos para o cinema no país é cumprir um papel cultural e social. Segundo a UNESCO a cultura deve ter o caráter da diversidade, ser considerada um patrimônio comum da humanidade e apresentar um valor intrínseco para o desenvolvimento não apenas no crescimento econômica mas também como modo de ter uma vida intelectual, afetiva, moral e espiritualmente mais enriquecedora. Essa diversidade é um componente indispensável para reduzir a pobreza e alcançar a meta do desenvolvimento sustentável e seu reconhecimento proporciona o diálogo entre civilizações, gerando respeito e compreensão mútua. A diversidade cultural é para o ser humano tão necessária como a diversidade biológica para os organismos vivos. Nesse sentido, falar em cultura é pensar na pluralidade, é estar conectado com o mundo em sociedade, é uma forma de garantir um patrimônio comum da humanidade para benefício das presentes e futuras gerações.

Portanto, o cinema nacional ainda que não se auto sustente, é um produto cultural de importância, conquistando seu espaço aos poucos no mercado, exercendo um papel de relevância na identidade nacional. Pensando em expandir os horizontes é extremamente importante criar mecanismos para o desenvolvimento de uma indústria sólida capaz assim de aliar a cultura como uma atividade econômica sem deixar de ser um bem comum a sociedade.

Referências Bibliográficas:

NAGIB, Lúcia. "A Utopia no Cinema Brasileiro" São Paulo: Cosac Naif, 2006.
BUTCHER, Pedro. "Cinema Brasileiro Hoje" São Paulo: Publifolha, 2005.
GATTI, André Piero. "Distribuição e Exibição na Indústria Cinematográfica Brasileira" Tese de Doutorado defendida UNICAMP, 2005.

Links:

Ministério da Cultura. www.cultura.gov.br . Último Acesso: 09/2010.
Ancine. www.ancine.gov.br. Último Acesso: 10/2010.
Tropa de Elite. www.tropadeeliteofilme.com.br. Último Acesso:10/2010.
Unesco. www.unesco.org/pt/brasil. Último Acesso: 11/2010.
Filme B. www.filmeb.com.br. Último Acesso: 11/2010
Abraplex. www.abraplex.com.br. Último Acesso: 09/2010
Se eu Fosse Você. www.seeufossevoce.com.br. Último Acesso: 10/2010
Blog – Meu Cinema Brasileiro. blog.meucinemabrasileiro.com. Último Acesso: 09/2010
BelémCom. www.belemcom.com.br. Último Acesso: 10/2010